PARA ALÉM DO INDIVIDUAL: A CONSTRUÇÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE NA ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA EM MEIO AO CAMPO JURÍDICO

Ana Clara Cardoso de Jesus Figueiredo Almeida
Acadêmica do 10° semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG): E-mail: ana_clara120201@hotmail.com

Maria Eduarda Prezotto
Acadêmica do 10° semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG): E-mail: prezotto.duda@gmail.com

Thayná Guimarães Morais Orcioli
Acadêmica do 10° semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG): E-mail: guimaraes.orcioli1@gmail.com

Rosimeire de Moraes Amorim Naves
Mestra em Psicologia pela UFMT, Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande –UNIVAG. E-mail: rosimeire.amorim@univag.edu.br

A contribuição do Psicólogo no sistema jurídico, para além das práticas individuais em perícia, avaliação psicológica e escuta especializada, abre discussão para a atuação multi e interdisciplinar neste meio que aparenta ser distante da área da saúde. O campo de estágio realizado na em uma delegacia especializada, proporcionou durante dois semestres, a possibilidade de introduzirmos a prática interdisciplinar na instituição, mesmo que de forma indireta. A princípio, a atuação do Psicólogo na instituição concedente se restringia a Escuta Especializada de menores; ademais, a partir do primeiro semestre de práticas, atuando junto às oitivas, no acolhimento de vítimas e reclamantes, foi percebida pela própria instituição a otimização dos atendimentos, do acolhimento de demandas e no manejo de crises quanto ao público frequentador. Já no segundo semestre de atuação, houve significativas melhorias no quesito comunicação e aprendizado entre as partes Psicologia-Direito, aprimorando o trabalho em conjunto e complementando o serviço com o conhecimento de cada área, notando-se que ambas funcionam melhor juntas do que separadas. Através dessa experiência, podemos levantar a seguinte problemática: Como a interdisciplinaridade Psicologia-Direito pode se complementar? O presente resumo visa relatar a experiência transicional entre os dois semestres de atuação na delegacia especializada, com foco explicativo no processo de introdução da interdisciplinaridade na instituição. Mostra-se necessário apresentar a funcionalidade do trabalho em conjunto das disciplinas Psicologia-Direito, a fim de elucidar tal prática que é pouco comentada e trazê-la à luz dos discentes que possuem interesse na área *Psicojurídica*. A

ISBN: 978-85-88900-14-1

interdisciplinaridade constitui um dos pilares da atuação no contexto jurídico, permitindo a integração entre psicologia, direito e outras áreas, como o serviço social. Essa articulação contribui para uma compreensão mais ampla das demandas e para a construção de estratégias de intervenção mais eficazes (Zamora et al., 2011). Alves (2006, apud. Cavalcante, 2015) descreve a interdisciplinaridade como um exercício que possibilita o diálogo vertical e horizontal dos saberes, permitindo a análise do mesmo objeto ou fenômeno a partir de diferentes pontos de vista, requirindo uma articulação constante entre as disciplinas, com diálogos, envolvimento e construção prática dos saberes. Quanto à atuação da psicologia no contexto jurídico, especialmente em delegacias especializadas, esta fundamenta-se na articulação entre diferentes campos do saber, com destaque para a psicologia jurídica, os direitos humanos e a prática interdisciplinar. Nesse cenário, a psicologia contribui para a compreensão dos aspectos subjetivos envolvidos nas situações de violência, ampliando o olhar para além das dimensões estritamente legais (CFP, 2019). Silva et al. (2018) aponta a psicologia jurídica como uma integradora de conhecimentos da psicologia junto às demandas do sistema de justiça, atuando como mediadora entre sujeito e instituição. Sua inserção em delegacias especializadas possibilita práticas voltadas ao acolhimento e à escuta qualificada, favorecendo a humanização do atendimento e a redução de danos psíquicos decorrentes da violência (Silva et al., 2018). A partir desse contexto, a escuta qualificada é crucial para que a instituição comece a dissolver o que conhecemos como a “judicialização da vida”, sendo essa importância ressaltada por Cavalcante (2015) onde a autora aponta que o psicólogo torna-se um profissional indispensável no sistema judiciário, competindo a ele analisar aspectos subjetivos para além do prisma judicializante. A escuta qualificada está fundamentada em abordagens que valorizam a singularidade do sujeito, dentre elas, a perspectiva humanista destaca a importância de um atendimento baseado na empatia, no respeito e na validação das vivências, favorecendo o fortalecimento emocional e a autonomia do indivíduo (Rogers, 2009). O estágio foi desenvolvido em uma delegacia especializada, com foco na articulação entre psicologia e direito, buscando contribuir para um atendimento mais acolhedor e humanizado às pessoas em situação de violência. A atuação foi guiada pelos princípios éticos da psicologia, com ênfase na escuta qualificada, no respeito à singularidade de cada sujeito e na prevenção da revitimização. Inicialmente, foi realizada a observação da rotina da instituição, o que possibilitou compreender como ocorrem os atendimentos, quais são as principais demandas e de que forma os profissionais do direito conduzem os casos. Esse momento foi importante para identificar aspectos que poderiam ser aprimorados, especialmente no que se refere ao acolhimento das pessoas atendidas. A partir disso, as atividades foram organizadas em dois eixos principais: o

ISBN: 978-85-88900-14-1

atendimento ao público e o trabalho junto à equipe. No atendimento às pessoas que procuravam a delegacia, foram realizados acolhimentos psicológicos breves, oferecendo um espaço de escuta, apoio e orientação inicial. A proposta foi permitir que essas pessoas se sentissem ouvidas e respeitadas, diminuindo, na medida do possível, o sofrimento emocional presente naquele momento. Além do atendimento direto, também houve um trabalho voltado aos profissionais da área do direito. Esse trabalho aconteceu por meio de conversas, trocas e orientações no próprio cotidiano da delegacia, com o objetivo de incentivar uma postura mais acolhedora no atendimento. Foram abordados temas como escuta empática, cuidado na forma de comunicação e a importância de evitar atitudes que possam, mesmo sem intenção, gerar mais sofrimento para a vítima. A atenção para o público que busca os serviços da delegacia também foi um dos principais pontos trabalhados. A compreensão de condições sociais dos reclamantes é de suma importância para que o atendimento ocorra de forma acolhedora. A partir disso, tornou-se necessário abrir discussões sobre termos jurídicos que dificultam a compreensão da pessoa reclamante, e como podemos "traduzi-los" ou torná-los mais acessíveis ao público, evitando o equívoco do próprio reclamante durante o processo da oitiva por desconhecer determinados termos, trazendo uma proximidade maior entre a instituição e o seu público. Nesse sentido, buscou-se contribuir para a sensibilização e, de forma gradual, para a capacitação desses profissionais, valorizando o diálogo entre as áreas. A ideia não foi modificar a atuação jurídica, mas somar a ela um olhar mais atento aos aspectos emocionais envolvidos nas situações atendidas. Como estratégia metodológica, foram utilizados a observação, o registro das experiências em diário de campo e a reflexão sobre a prática vivenciada. Esses recursos permitiram analisar as situações do dia a dia e pensar em formas mais cuidadosas e humanizadas de intervenção. Destaca-se, ainda, a receptividade da equipe institucional frente à inserção da Psicologia no contexto da delegacia. Investigadores da Polícia Civil demonstraram abertura para o diálogo interdisciplinar, reconhecendo a relevância do olhar psicológico no manejo das situações atendidas. Da mesma forma, estagiários do curso de Direito evidenciaram a importância da presença da Psicologia no espaço, especialmente no que se refere ao acolhimento das vítimas, compreendendo essa atuação como complementar à prática jurídica. Ressalta-se também a adesão da delegada titular, que reconheceu a Psicologia como um saber que agrega significativamente ao funcionamento da instituição, contribuindo para a qualificação do atendimento e para a construção de práticas mais humanizadas. Essa receptividade favoreceu a consolidação de um trabalho interdisciplinar, evidenciando o potencial transformador da atuação conjunta entre Psicologia e Direito no contexto institucional. Assim, o estágio se constituiu como um espaço de aprendizado e construção

ISBN: 978-85-88900-14-1

conjunta, no qual foi possível não apenas acolher as pessoas atendidas, mas também contribuir para que o ambiente institucional se tornasse, aos poucos, mais sensível às demandas emocionais presentes nesse contexto. A experiência de estágio na delegacia especializada possibilitou uma compreensão mais ampla sobre a importância da atuação da psicologia no contexto jurídico, especialmente no que se refere ao acolhimento de pessoas em situação de violência. Ao longo desse processo, foi possível perceber que, para além dos procedimentos legais, existem demandas emocionais que precisam ser reconhecidas e cuidadas. A inserção da psicologia nesse espaço mostrou-se fundamental para contribuir com um olhar mais sensível e atento às vivências das pessoas atendidas. A escuta qualificada e o acolhimento se apresentaram como ferramentas essenciais para minimizar o sofrimento e oferecer um suporte inicial diante de situações muitas vezes marcadas por dor, medo e insegurança. Além disso, o trabalho junto aos profissionais da área do direito evidenciou a relevância da atuação interdisciplinar. Pequenas mudanças na forma de escutar, falar e conduzir os atendimentos já se mostraram capazes de tornar o ambiente mais acolhedor. Nesse sentido, a psicologia também se coloca como um suporte importante na sensibilização e no fortalecimento de práticas mais humanizadas dentro da instituição. Outro aspecto importante refere-se à prevenção da revitimização, destacando a necessidade de cuidado na condução dos atendimentos, para que a pessoa não seja exposta novamente a situações que intensifiquem seu sofrimento. Essa reflexão reforça o compromisso ético com um atendimento que respeite a dignidade e a singularidade de cada indivíduo. Por fim, o estágio se configurou como um espaço de aprendizado significativo, tanto no campo técnico quanto humano. A vivência permitiu compreender, na prática, a importância do diálogo entre psicologia e direito, bem como o impacto que uma escuta atenta e um acolhimento adequado podem ter na vida das pessoas atendidas. Assim, reafirma-se a necessidade de fortalecer cada vez mais essa atuação conjunta, contribuindo para a construção de práticas institucionais mais sensíveis, éticas e comprometidas com o cuidado.

Palavras-Chave: Interdisciplinaridade; Experiência de Estágio; Psicologia Jurídica.

ISBN: 978-85-88900-14-1

REFERÊNCIAS:

CAVALCANTE, Paula Rosana. **Contribuições da Psicologia no acesso à Justiça: reflexões sobre a atuação de psicólogas/os na Defensoria Pública do Estado de São Paulo**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no sistema de justiça. Brasília: CFP, 2019.

ROGERS, Carl R. Tornar-se pessoa. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SILVA, Rosane Neves da; et al. Caracterizando a psicologia policial enquanto uma psicologia social jurídica. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 38, n. spe, p. 142-155, 2018. Disponível em: PePSIC.

ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas; et al. Psicologia e justiça: interfaces e desafios na atuação interdisciplinar. Psicologia & Sociedade, v. 23, n. 1, p. 95-104, 2011. Disponível em: SciELO.

ISBN: 978-85-88900-14-1